

O ALIENISTA: LOUCURA, CIÊNCIA E PARÓDIA¹

DINO DEL PINO²

RESUMO: A explicitação das dimensões pessoal e pública do protagonista, Simão Bacamarte, introduz o quadro diegético que objetiva destacar o papel desempenhado pela loucura como pretexto para o controle social. Após recuperar as condições a que se submetiam os insensatos na modernidade, sobretudo na França, aponta-se a hýbris como relevante no campo da ciência, exemplificando-a mediante o vínculo intertextual de *O alienista* com *Frankenstein*, de M. Shelley. Ao concluir, busca-se ilustrar – após breve paralelo entre Brás Cubas e Simão – que este personaliza de forma paródica o cientista, figura moldada nos quadros da evolução da história da ciência, que assumiu, a partir do século XIX, valor sem precedentes.

PALAVRAS-CHAVE: ciência; controle social; loucura; hýbris; paródia.

Constitui-se *O alienista*, de M. de Assis, de narrativa relativamente curta, embora mais extensa que um conto. Divide-se em 13 capítulos nos quais um narrador – cuja tendência é olhar de cima e de longe – relata eventos havidos em Itaguaí, localidade do litoral do Rio de Janeiro. Por terem os fatos ocorrido em “tempos remotos”, declara que o atual relato se serve de informações de cronistas que o precederam.

Polariza a atenção do leitor à figura do médico Simão Bacamarte, que exhibe no decurso dos eventos duas faces: a pessoal e a pública.

¹ Texto elaborado para o painel “O alienista: direito, loucura e controle social”, do III Colóquio Internacional de Direito e Literatura, promovido pela Faculdade Meridional-IMED, de Passo Fundo, entre 12 e 14 de novembro de 2014.

² Doutor em Teoria Literária (PUCRS). Mestre em Literatura Brasileira (UFRGS). Escritor. E-mail: delpi@logoi.com.br

SIMÃO: A DIMENSÃO PESSOAL

Desenham-se os traços da imagem pessoal de Simão nos primeiros quatro capítulos. Ao apresentá-lo, o narrador não economiza tintas para o enaltecimento de seus méritos: além de “filho da nobreza da terra”, ele é o “maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas” (Assis, 1962a, p. 253).

Havia estudado em Coimbra e Pádua, quando retorna ao Brasil, aos trinta e quatro anos, após ter recusado convite do rei para permanecer em Coimbra, a reger a universidade, ou em Lisboa, investido nos negócios reais. Justifica sua recusa ante o monarca afirmando que “A ciência é o meu emprego único; Itaguaí é o meu universo” (Assis, 1962a, p. 253).

Por isso, ao chegar à cidade, entregou-se de corpo e alma ao estudo da ciência, “alternando as curas com as leituras, e demonstrando os teoremas com cataplasmas” (Assis, 1962a, p. 253).

Após subordinar-se às diretrizes da ciência, Simão faz duas escolhas que irão completar sua imagem pessoal e determinar sua imagem pública.

A primeira eleição é de uma esposa. Mas, pela intensidade com que se dedica à ciência, apenas a pura racionalidade e o método poderiam orientá-lo na seleção da consorte. Por isso, longe de se deixar seduzir pela beleza ou outras qualidades femininas, prefere uma viúva de um juiz de fora que é – na educada caracterização do narrador – “não bonita nem simpática” (Assis, 1962a, p. 253).

A feiura e a antipatia, então, que em discurso direto e a *contrario sensu* ornaram a figura de D. Evarista, revelam uma das principais qualidades do marido, pois ambas evitam que ele corra, nas próprias palavras dele, “o risco de preterir os interesses da ciência na contemplação exclusiva, miúda e vulgar da consorte” (Assis, 1962a, p. 253). Ademais, sob o ponto de vista da estrita ciência biológica, exibia qualidades em nada desprezíveis, pois ela “reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso, e excelente vista; estava assim apta para dar-lhe filhos robustos, são e inteligentes” (Assis, 1962a p. 254).

Mas, após o decurso de meses e anos, ausentes os filhos de seus frustrados cálculos, Simão se refugia na ciência e, novamente aí, faz a

segunda escolha: seu o campo de investigação: na extensa área da medicina, o que lhe chama a atenção é o recanto psíquico, isto é, a patologia cerebral.

SIMÃO: A DIMENSÃO PÚBLICA

Em Itaguaí, Simão começa a ostentar sua imagem pública quando intervém no tratamento dos loucos da cidade, que nenhuma atenção mereciam do poder público, pois os mansos circulavam livres pelas ruas, enquanto os violentos viviam segregados nas casas das famílias.

Autorizado pela Câmara, o médico implanta a chamada Casa Verde, onde pretende recolher todos os alienados. Para subsidiá-la – já que tudo, como é próprio do Brasil, estava taxado – cria-se um novo imposto.

Com essa providência, a imagem do cientista assume dimensão substantiva na cidade, uma vez que sua fama de pesquisador atrai a admiração e o respeito de todos – ainda que considerem muito estranha a medida de enclausurar no mesmo local todos os dementes. Apesar do estranhamento, porém, e além do respeito, Simão acaba investido de invulgar poder, a ponto de constituir e atuar como o principal responsável pelo controle da coletividade.

Dado que nos recordamos (os que leram) ou nos informamos (os que não leram) do perfil psicológico do protagonista, passemos a um dos temas implicados no título dessa sessão.

LOUCURA E CONTROLE SOCIAL

Não há dúvida de que a loucura mantém íntima relação com a noção de controle social, porque este a elege, desde o início da Idade Moderna, como um de seus principais instrumentos. Inúmeras foram as providências que a sociedade adotou, desde o fim da Idade Média, para se ver livre dos loucos, cuja presença sempre atuou como fonte de medo, embora, de forma ambivalente, ela também despertasse certo fascínio.

Entre as diversas medidas segregadoras sobressai a proibição de os loucos frequentarem as igrejas. Muitas vezes eram chicoteados publicamente ou perseguidos para fora dos muros das cidades, obrigados a se refugiarem nos campos. Outra alternativa consistia em entregá-los a mercadores que transitavam entre as povoações, ou a peregrinos, que os conduziam a regiões distantes, onde eram abandonados. Com igual

frequência, ainda, eram confiados a barqueiros, para serem transportados a outras plagas. Mas mesmo durante a Idade Média e a Renascença, na maior parte da Europa havia locais para detenção e isolamento dos insanos. Em Paris, no Hotel de Dieu, eles eram alojados em dormitórios. Não eram, portanto, escorraçados de forma sistemática das cidades.

Relata M. Foucault que na literatura erudita do século XV dois temas sobressaíram, ambos de forma intensa: o primeiro foi o tema da morte, substituído – a partir dos meados do século – pelo da loucura (Foucault, 1978); por isso, ambos profundamente associados ao medo. É do final dessa centúria (1492) o poema, em alemão, *Narrenschiff*, da autoria de Sebastian Brant, que após cinco anos teve sua versão latina, intitulada *Stultifera navis*, *Navio dos loucos* (Figura 1).

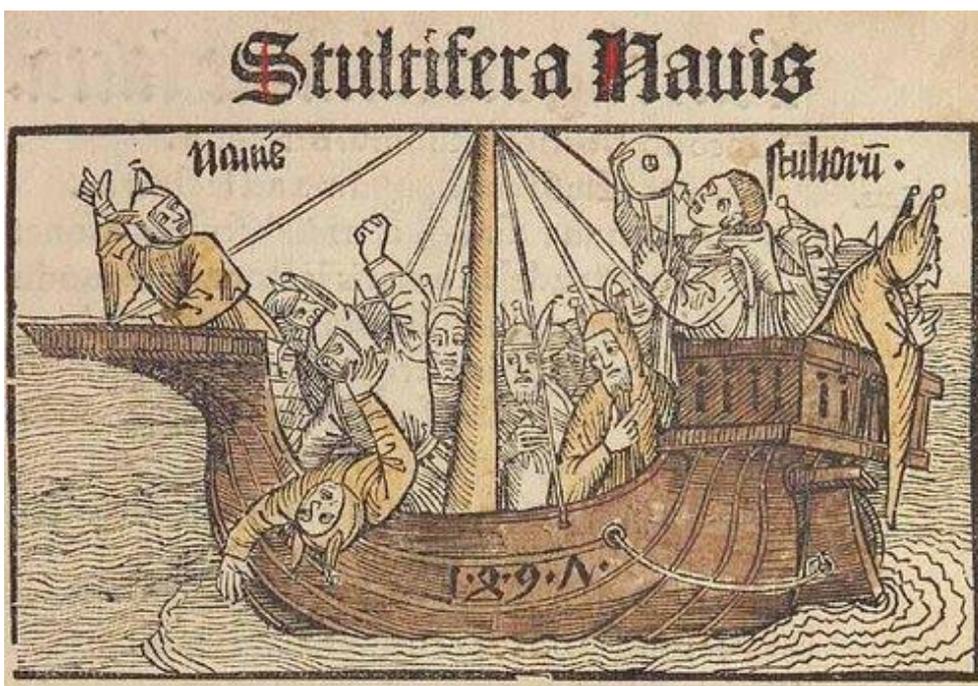


Fig. 1 - Ilustração do poema de Sebastian Brant.

O poema ilustra uma das práticas frequentes na época, como se viu acima, para que as cidades ficassem livres dos loucos. Em cento e dezesseis dos cantos sobre esse barco que desliza pela Renânia e pelos canais flamengos, desfilam os alienados que nele viajam: iracundos, gulosos, glutões, delatores, bêbados, desordeiros, devassos, ímpios, maus intérpretes das Escrituras, adúlteros, soberbos, avaros, luxuriosos, lascivos, delicados,

invejosos, feiticeiros etc. Nele provavelmente se inspirou Hieronimus Bosch para o quadro homônimo (Figura 2). O pintor, como se sabe, tornou-se “famoso por suas aterradoras representações das forças do mal” (Gombrich, 1981, p. 275). Na primeira década do século seguinte, em 1509, aparece o *Elogio da loucura*, de Erasmo de Roterdã.



Fig. 2 – A nau dos loucos, de Hieronimus Bosch.

A iniciativa da internação sistemática dos alienados teve precedência na Inglaterra, embora não visasse somente a eles, pois em 1575 fora já prescrita a construção de casas de correção para “punição dos vagabundos e alívio dos pobres” (Foucault, 1978, p. 54). Como se vê, a medida está diretamente relacionada ao controle social independentemente da alienação.

Com William Tuke, na Inglaterra, e Phillipe Pinel, na França, o internamento tende a tornar-se regra no séc. XVII, sendo os locais em geral chamados de “casas de força”. Na Inglaterra foi famoso o chamado Retiro, perto da cidade de Iorque.

Na França, o ano de 1656 assinala uma das datas de referência, com a implantação do Hospital Geral, em Paris. Ao fundá-lo, deixa claro o édito que entre seus objetivos está impedir “a mendicância e a ociosidade, bem como as fontes de todas as desordens” (Foucault, 1978, p. 64). Todavia, o primeiro Hospital Geral já fora criado, 40 anos antes, em Lyon, e em 1676 outro édito real determinará a existência dos hospitais gerais em todas as cidades. Isso explica por que, às vésperas da Revolução, 32 cidades do interior têm hospitais gerais.

A medida está relacionada, segundo M. Foucault, à “necessidade burguesa de pôr ordem no mundo da miséria e para isso são aproveitados os leprosários” (1978, p. 53) que, vazios desde a Renascença, reativam-se no séc. XVII com outra destinação, isto é, passam a receber todos os desvalidos, de ambos os sexos. Acolhem tanto os que se apresentam de forma espontânea quanto os encaminhados pelas autoridades. Em muitos casos, os estabelecimentos que se haviam aproveitado dos leprosários também herdaram seus bens, o que possibilitou fossem ocupados por uma população heterogênea de doentes, pobres, desvalidos, mendigos, loucos, isto é, válidos, inválidos, convalescentes, curáveis ou incuráveis.

Em Paris, vários estabelecimentos são reunidos sob a administração centralizada na Salpêtrière, que fora um hospício de mulheres. Essas casas, embora destinadas a socorrer os pobres, têm também papel repressivo, pois aí se reúnem os detidos em geral, aos quais o rei ou a família paga uma pensão. Em 1662, o Hospital Geral agrupava 6.000 pessoas, isto é, 1% da população parisiense.

Anteriormente à criação do Hospital Geral, a regra consistia na pura e simples exclusão social dos desempregados e mendigos. Nesse quadro, o internamento, requerido por razões bem distintas da cura, era um imperativo de trabalho, o que despertava duas reações, uma era a da pobreza que se submetia às regras e outra a da que rejeitava a assistência e procurava escapar à ordem que a sociedade e a Igreja pretendiam impor.

Sublinhe-se, então, que, no tocante ao controle sobre a coletividade, o trabalho passa a assumir papel substantivo, no início do mundo industrial, o que explica a proscricção da ociosidade. Nessa interdição inclusive os loucos se veem envolvidos, pois, como os outros, eles também eram obrigados a trabalhar. Não é de estranhar, portanto, que as primeiras casas de internamento surgissem na Inglaterra e nas regiões mais industrializadas do país. Quanto ao Hospital Geral de Paris, tinha estatuto ético implicando a relação entre moralidade, castigo, trabalho e punição para quem se furtava aos serviços que lhes eram exigidos. E isso de maneira geral, ou seja, não especificamente para os loucos, o que simultaneamente fazia da reclusão benefício e castigo.

Embora, na França, a religião fosse vista com reserva e até como uma das causas da loucura, na Alemanha e na Inglaterra houve intensa preocupação com a educação religiosa e com a vigilância dos costumes nas casas de reclusão.

Em Paris, os responsáveis por sua gerência eram diretores designados por toda a vida e cujos poderes se ampliavam desde o hospital até seu exterior, isto é, se estendiam a toda a cidade. Investidos de autoridade para direção, administração, comércio, polícia, jurisdição, correção e punição de todos os pobres, atuavam, portanto, na prática, como verdadeiros tiranos. Tudo indica que aqui está o modelo para a Casa Verde de Simão Bacamarte.

Fica claro, ainda, que as casas, longe de serem estabelecimentos estritamente médicos, tinham efetivamente estrutura jurídica cujos responsáveis, ao lado dos poderes constituídos e além dos tribunais, decidiam, julgavam e executavam. Nesse sentido, é claro o art. XII do édito de 1656:

[...] os diretores disporão de: postes, golilhas de ferro, prisões e celas no dito Hospital Geral e nos lugares dele dependentes conforme for de seu parecer, sem que se possa apelar das ordens por eles dadas dentro do dito

Hospital; e quanto às ordens que interfiram com o exterior, serão executadas em sua forma e disposição não obstante quaisquer oposições ou apelações feitas ou que se possam fazer e sem prejuízo daquelas, e para as quais não obstante não se concederá nenhuma defesa ou exceção (Foucault, 1978, p. 50).

Essa breve síntese visa a ilustrar a importância assumida pelo enclausuramento – seja dos dementes, seja dos doentes, mendigos ou desocupados – como recurso para sua exclusão da vida social.

No entanto, quando a lepra havia praticamente desaparecido e, por isso, os leprosários se tornaram os novos locais para clausura, a aversão àquela doença – discriminada já pelas Escrituras e, na Idade Média, tida como manifestação da ira de Deus – se transferiu para a loucura. Por isso, afirma M. Foucault “a partir do século XV face da loucura assombrou a imaginação do homem ocidental” (1978, p. 15). E, em relação aos séculos seguintes, continua ele, “o medo e a angústia [como] ricochete do internamento, reaparecem, mas redobrados” (1978, p. 353).

Isso posto, podemos retornar aos eventos de Itaguaí, a fim de questionarmos se aí é, de fato, a loucura que atua como instrumento de controle social ou se ela apenas nos endereça a algo que a transcende.

SIMÃO BACAMARTE: O PODER

A Casa Verde teve imediato sucesso e atraiu loucos não só de Itaguaí, mas de toda a redondeza. Logo após implantada, devido a excesso em sua taxa de lotação, passa por ampliação das instalações.

O método de Simão acolhe todo o rigor que suas convicções científicas lhe impõem, o que o leva a estudar cada caso com base em cuidadosa e ampla anamnese do paciente, na busca de recuperar e analisar todas as informações que o esclareçam sobre a doença. Paralelamente a suas preocupações de ordem empírica, continua a aprofundar-se na pesquisa teórica e um dia convoca um de seus íntimos, o boticário, para anunciar-lhe que dará início a uma experiência “que vai mudar a face da Terra. A loucura [...] era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente” (Assis, 1962a, p. 260).

Para melhor elucidar sua nova concepção, acrescenta outra metáfora, afirmando que, na concha do espírito humano, a qual constitui a totalidade

subjetiva tomada pela insânia, a razão é a pérola. Ou seja, o valor único se concentra na parte mais insignificante.

Recorde-se que o quadro de Itaguaí é reflexo de algo parisiense, pois a autoridade e o poder de Simão rivalizam com o daqueles diretores dos hospícios da França, e ele, ciente de seu poder, procede a cuidadoso rastreamento, em todo o território itaguaiense, de qualquer possível alienado. Como consequência, recolhe à Casa dois cidadãos merecedores da consideração pública, e quando a prima de um deles pretende defendê-lo é também trancafiada. A grita de descontentamento começa a se intensificar, primeiramente no interior das casas, e depois nos ambientes públicos.

Apesar disso, todos depositam grande esperança no retorno de dona Evarista, a mulher do médico, que viajara para o Rio de Janeiro com numerosa comitiva. Quando de sua volta, grandes festas na cidade homenageiam a dama. Mas isso não susta a reclusão de mais pessoas na Casa Verde, o que incrementa a insatisfação, pois o terror se alastra entre os itaguaienses, alimentado pelos boatos de injustiça e pela tirania de Simão.

A REAÇÃO POPULAR

Aí estão as razões por que, em Itaguaí, o medo e a angústia, geradores da insatisfação, deflagram a revolta popular liderada pelo barbeiro Porfírio, ao saber da prisão do Coelho, tido como excelente indivíduo. O barbeiro encabeça petição à Câmara, contra Simão, mas, não contente com isso, também assume a frente da rebelião que se dirige à casa do alienista. Este, porém, se nega a dar satisfação dos próprios atos.

Incitada pelo barbeiro, que almeja assumir o comando político da cidade, a turba ameaça demolir a Casa Verde, mas é impedida pela chegada de um batalhão de dragões que, por uma carga dos mosquetes, fere muitos e afugenta os demais.

Em atitude inesperada, no entanto, um grupo de soldados, sensível ao clamor dos populares, adere a estes, e os demais militares, evitando enfrentar os próprios colegas – em gesto corporativista raríssimo entre nós – também se convertem à rebelião. Face à unanimidade, o barbeiro assume o poder e toma as providências administrativas cabíveis. E entre elas está a negociação com o médico. Ao fazê-lo, Porfírio declara seu respeito à ciência e admite que o poder público não dispõe de condições para tratar a loucura.

Por isso, quer de Simão um gesto que satisfaça o povo. Ao deixar a casa do analista, o barbeiro volta a ser aclamado.

Mas, após cinco dias, algumas dezenas dos apoiadores do barbeiro são recolhidas à Casa Verde. E outro barbeiro, João de Pina, acusa o colega de se vender a Simão e assume o poder, até que uma força enviada pelo Vice-Rei impõe a ordem.

Com isso, o médico continua as internações, que agora incluem o barbeiro Porfírio, o presidente da câmara e, por incrível que pareça, a própria D. Evarista; gesto inesperado que a todos convence da honestidade e da competência do médico, por não hesitar diante da própria esposa. Mas Simão, diante da reveladora estatística de que 4/5 dos habitantes da cidade estão internados, obriga-se a rever seu diagnóstico acerca da loucura. E após alguns dias circula a notícia de que todos os internos serão libertados.

Com a alforria dos detidos, regulariza-se a vida pública, restauram-se os quadros da Câmara e a cidade respira aliviada, o que convida às festas privadas, às comemorações públicas e aos bailes.

Nova teoria, porém, acode ao ilustre cientista, que – no polo oposto ao que antes concebia – passa a ver no perfeito e permanente equilíbrio das faculdades mentais o principal sintoma da loucura. Com isso, dão-se novas reclusões e a reclassificação dos alienados: “Fez-se uma galeria de modestos; [...] outra de tolerantes, outra de verídicos, outra de simplices, outra de leais, outra de magnânimos, outra de sagazes, outra de sinceros, etc.” (Assis, 1962a, p. 284).

Mas o progresso da reflexão teórica do médico descamba na ironia quando, em seu autodiagnóstico, conclui que ele é o perfeito exemplar de equilíbrio. Ante a própria recusa de se aceitar como tal, o P. Lopes lhe completa o quadro, assegurando que o fato de Simão rejeitar sua perfeição se deve a mais uma virtude dele: a modéstia. Com isso, por apego à coerência científica, interna-se o próprio médico, e vem a morrer alguns meses depois.

VÍNCULOS INTERTEXTUAIS

Quando, para fins de análise, se reduz o texto, linear e estruturalmente simples, de *O alienista* a seu esquema básico, para onde convergem os detalhes todos disseminados na sequência discursiva? Todos

conduzem à polarização em duas personagens: uma coletiva, os habitantes de Itaguaí; a outra individual, Simão.

De um lado: os cidadãos almejam a simples preservação da sobrevivência e da convivência, já que a segunda é necessária condição da primeira, devido à própria natureza gregária do homem.

De outro lado, na figura de Simão, tematiza-se a férrea convicção no valor da ciência. Mas a esta se soma a presunção que o médico alimenta quanto ao próprio poder e à superioridade sobre os demais. Alça-se ao pódio dos deuses pela força de *hýbris*.

Já outra personagem ficcional que ingressou na cena literária durante esse mesmo século, Victor Frankenstein (1818), festejada criação de Mary Shelley, se deixara seduzir pela glória da ciência, ao engendrar a criatura que será responsável por sua infelicidade. Relata Victor: “Quando mais jovem eu me acreditava destinado a empreender algo de grandioso. Sou muito sensível, mas possuía uma frieza de julgamento que me credenciava para coisas importantes” (Shelley, 2009, p. 225). Também para ele, o saber científico requer dedicação intensa, pois sua pretensão é nada menos do que gerar a própria vida: “Sob a orientação de meus novos mestres, entreguei-me com a maior aplicação à busca da pedra filosofal e do elixir da vida; este último logo monopolizou totalmente minha atenção” (Shelley, 2009, p. 42). Mas, por considerar ser a saúde “um assunto vulgar”, planta seu objetivo final num horizonte que, avançando além da ciência, chega à glória pessoal, para satisfação do amor próprio, como declara: “que glória não envolveria a descoberta se eu pudesse banir para sempre a doença do ser humano e tornasse o homem imune a tudo o que não fosse a morte violenta!” (Shelley, 2009, p. 42).

Se a cega dedicação à ciência constitui aqui a causa da tensão e da tragédia, que progressivamente se adensam durante o relato, bem diverso e até oposto é o caminho de Simão Bacamarte. Embora não conheça referência sobre a leitura da narrativa de Shelley por Machado, uma obra importante provavelmente esteve entre as motivações para a criação de Bacamarte: é o *Elogio da loucura*, de Erasmo, que inclui a filúcia, isto é, o desmedido amor próprio como a primeira das acompanhantes da loucura. Dessa obra, aliás, a biblioteca de Machado preserva o volume da edição francesa de 1877 (Jobim, 2008).

Dois aspectos podem iluminar o que leio como o principal recado do texto, isto é, aquilo que ele nos quer dizer de essencial, e que, como o entendo, transcende a questão da loucura.

BRÁS CUBAS E SIMÃO

O primeiro aspecto envolve o lugar d'*O alienista* no contexto da obra machadiana, na qual o tema da loucura tem variadas ocorrências, como indica Ivo Barbieri (2008). Editado em 1882, o texto introduz o volume intitulado *Papéis avulsos*, um ano após a publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Se Brás afirmara ter escrito com a pena da galhofa e a tinta da melancolia, tinta e pena são, agora e aqui, da mesma qualidade, pois, na total ausência da melancolia, o sobrenome mesmo do protagonista, Bacamarte, já prenuncia a galhofa para chegar à ironia, sutil ferramenta da paródia.

Mas, independente da forma expressiva, há traços em comum entre Brás e Simão. Para começar, são ambos dominados por uma ideia fixa: aquele pelo emplastro, este pela ciência. Com a agravante de que o primeiro, por ser também cínico, tinha plena consciência dos efeitos malignos das obsessões, ao advertir: “Deus te livre, leitor, de uma ideia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho” (Assis, 1962b, p. 514). Isso não impede que Brás, com seu emplastro, alimente a própria “sede de nomeada”, isto é o “amor da glória”; e não hesite em declará-lo.

Em Simão, a ideia fixa se traduz na compulsão pela ciência, à qual se acrescenta desejo idêntico ao de Cubas, que é o brilho pessoal. Quando o médico escolhe o tema da loucura, esclarece o narrador que

Não havia na colônia, e ainda no reino, uma só autoridade em semelhante matéria, mal explorada, ou quase inexplorada. Simão Bacamarte compreendeu que a ciência lusitana, e particularmente a brasileira, podia cobrir-se de *louros imarcescíveis*, – expressão usada por ele mesmo, mas em um arroubo de intimidade doméstica; exteriormente era modesto, segundo convém aos sabedores (Assis, 1962b, p. 254).

Embora a desculpa da modéstia, dada pelo narrador – desculpa esfarrapada, com diz o vulgo, pois o próprio narrador esclarece que a modéstia era apenas “exterior” –, fica evidente o jogo metonímico entre o

todo, que é “ciência lusitana” e “brasileira”, e a parte, isto é, o real beneficiário da glória: Simão.

O TEXTO E A CIÊNCIA DO SÉC. XIX

O segundo aspecto implica o clima da época em que foi produzido *O alienista*: as duas décadas finais do séc. XIX. E esboço agora, sumária e superficialmente, as linhas gerais da ciência na época a fim de indicar que o saber científico desempenha determinante papel de fundo no relato machadiano.

Os historiadores são praticamente unânimes quanto à importância que assume a ciência no século XIX. E. Burns, por exemplo, considera que, mais do que aos séculos XVII e XVIII, o rótulo de “revolução intelectual” seria efetivo e adequado para referir o período de 1830 a 1914, isto é, a maior porção do século XIX (1948, p. 739). E acrescenta que nunca ocorreram, em tão reduzida fração de tempo, tantas descobertas e tão significativos avanços teóricos. Já o historiador da ciência W.C. Dampier afirma que esse século “tem títulos de sobra para ser considerado o começo da era científica” (1986, p. 227).

Entre as características do período está a reduzida produção filosófica, cuja importância é discretamente resgatada apenas pelo positivismo de Augusto Comte, quase nos meados do século. Paralelamente, o interesse dos estudiosos, fazendo eco ao empirismo inglês, se concentra na pesquisa aplicada e, sem abandonar a teórica, visa não só ao conhecimento da natureza como do homem. A obra de C. Darwin, *Sobre a origem das espécies*, foi publicada em 1859 e teve a edição esgotada num único dia.

Difunde-se, de forma consciente ou não, a noção de que a matéria constitui a realidade última e de que os organismos vivos nada mais são do que mecanismos. Tal concepção explica o porquê de os métodos experimentais e matemáticos da mecânica ultrapassarem o campo da física para dominar também o da química, assim como o da biologia. Nesta sobressaem as pesquisas relacionadas à teoria sobre a célula, ao lado da questão sobre a origem espontânea da vida, aspecto cujo reflexo irá avançar até a literatura, como ilustra o papel que o tema assume em *Frankenstein*.

Mas, além dos campos já citados, foram significativos os desenvolvimentos da geologia e da astronomia, esta associada sobretudo às observações pelo telescópio, que recebeu no período vários aperfeiçoamentos. No campo da física, as pesquisas se aprofundaram especialmente em relação ao calor, à luz e à eletricidade.

Resta mencionar também o crescente interesse pelas matemáticas, com ênfase na geometria e na estatística; esta, inclusive, começa a ter suas primeiras aplicações no campo social, de que serve como anedótico exemplo a iniciativa de Francis Galton, primo de Darwin e cientista com diversificados interesses relacionados à genética e à psicologia. Por crer que tudo era mensurável, buscou desenvolver um método de cálculo para avaliar quantitativamente os efeitos das orações (Ronam, 2001, p. 75). Nesse particular, não se sabe se teve maior sucesso científico que Simão Bacamarte.

A breve súplica sobre a ciência do século XIX esclarece, de forma geral, as condições proporcionadas ao século seguinte, para que registrasse a explosão de produtos técnicos e industriais, resultante da evolução teórica das ciências da natureza, sobretudo no campo da eletrotécnica.

EPÍLOGO

O último passo consiste em questionar sobre a fonte essencial de tensão entre nossas duas personagens – Simão Bacamarte e os itaguaienses.

Têm os itaguaienses medo da loucura em si mesma? Não é isso que vejo, pois a noção de loucura que se desenha no texto é imprecisa, fluida e sem fundamento persuasivo, nem mesmo racional, porque oscila entre polos cientificamente inconsistentes: ora se confunde com o desequilíbrio das faculdades mentais, ora com o excessivo equilíbrio, ora com a perfeição absoluta.

Por isso, o foco da tensão, longe de ser a loucura, se concentra no medo. São o medo e a angústia os fatores que atuam como agentes efetivos do controle social em Itaguaí: medo da reclusão, medo da segregação social, medo da prisão arbitrária. Para manter a exposição mais próxima da percepção da época, recorro a um texto de ficção em que D. Diderot comenta os efeitos psíquicos da reclusão exemplificados pelo claustro. Diz ele:

O homem nasceu para a sociedade; separai-o, isolai-o, suas idéias desunir-se-ão, seu caráter transfigurar-se-á, mil afeições ridículas elevar-se-ão em seu peito; idéias extravagantes germinar-lhe-ão no espírito, como os espinheiros em terra selvagem. Situai um homem numa floresta, ele tornar-se-á feroz; em um claustro, onde a idéia da necessidade junta-se à da servidão, é pior ainda; de uma floresta se pode sair, mas não de um claustro; é-se livre na floresta, é-se escravo no claustro. É preciso talvez mais vigor d'alma para resistir à solidão do que à miséria; a miséria envilece, a clausura deprava (1962, p. 134).

E conclui com a pergunta: “Valerá mais viver na abjeção do que na loucura? É o que não ousarei decidir; mas cumpre evitar a uma e a outra” (Diderot, 1962, p. 134-135).

O medo, comenta J. Delumeau, um de seus historiadores, não é sentimento exclusivo de indivíduos particularmente considerados, mas com ele “também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidas num diálogo permanente” (Delumeau, 2009, p. 12). E são esses sentimentos, de medo e angústia, que explicam inclusive a revolta do povo de Itaguaí, porque ocorre – volto ao autor – “no plano coletivo o que é evidente no plano individual: a saber, o elo entre medo e angústia de um lado, e agressividade do outro” (Delumeau, 2009, p. 36).

Mas se o medo consiste em sentimento motivado por algo conhecido – no caso, o poder arbitrário que tem Simão para prender quem quer que seja –, a angústia é geralmente associada ao temor de algo desconhecido.

Por isso, o medo causado por Simão Bacamarte se intensifica e completa com a angústia que se dissemina de forma surda, no contexto da cidade fluminense, pela ação ciência, cuja noção se mantém misteriosa e preservada, à distância e inalcançável para os cidadãos, devido à imprevisibilidade dos critérios do médico.

A fim de destacar a importância da avaliação que faz Machado sobre a ciência, pelo caráter vanguardista da crítica, valho-me do que já foi apontado por Roberto Schwarz quando, ao comentar a variedade de teorias filosóficas e científicas em *Memórias póstumas*, explica: “Era natural que os entusiastas transformassem o espírito científico em panaceia e no contrário dele mesmo. Já Machado percebeu as ironias latentes na situação e tratou de explorá-las sistematicamente” (2000, p. 152).

Ou seja, conclui Schwarz: “Onde os deslumbrados enxergavam a redenção, ele tomava recuo e anotava a existência de um problema específico” (Schwarz, 2000, p. 152).

Isso explica porque os traços de caráter de Simão Bacamarte se mantêm inalterados durante toda a narrativa, além de se manifestarem por um comportamento coerente e estável. Suas únicas mudanças são de ordem teórica e, portanto, inacessíveis ao leigo. Quanto ao resto, aquilo que ele revela ser no final já nele estava desde o início, que é a irônica suspeita de que fosse alienado.

Afinal, é o que se constata pela advertência que, ainda no primeiro capítulo, fez a voz do P. Lopes, quando renunciou a D. Evarista, referindo-se a Simão: “Isso de estudar sempre, sempre, não é bom, vira o juízo” (Assis, 1962a, p. 255). Plantada desde o início, essa admoestação, estendendo-se em segundo plano por todo o relato, tende a reiterar-se mediante várias vozes, para afinal confirmar-se no epílogo, como ironia e paródia – o único alienado, conforme o cientista Simão, é o homem Simão.

Em síntese, a sedução provocada pela ciência, que no roteiro narrativo de Mary Shelley evoluía e se consumava em ritmo de progressiva e avassaladora tragédia, aqui em Machado, idêntica sedução, pela galhofa se dissolve e deforma na caricatura, pois Simão, tomado pelo delírio de grandeza e pela paranoia, nada mais é do que a paródia acabada do cientista: o avesso do sábio, já que suas teorias se reduzem a hesitantes e irresponsáveis experimentos focados em seus semelhantes.

Por isso, a narrativa de Machado, sob a capa de irresponsável relato lúdico, tem a função de nos advertir para o fato de que a ciência nem sempre é aquilo que exhibe na aparência e que – por conta da insensatez irresponsável de seus agentes – pode vir a se constituir como fonte de medo e de angústia.

Aos especialistas da área jurídica, resta uma pergunta: fica a presumível ciência do Direito isenta de desempenhar também essa “nobre” tarefa de controle social com idênticas consequências.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. O alienista. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro, J. Aguilar, 1962a. v. 2. p. 253-288.

ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. In: _____. *Obras completas*. Rio de Janeiro, J. Aguilar, 1962b. v. 1. p. 509-637.

BARBIERI, Ivo. O lapso ou uma psicoterapia de humor. In: JOBIM, José Luís. *A biblioteca de Machado de Assis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. p. 335-348.

BRANDÃO, Junito. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 1.

BURNS, Edward McNall. *História da civilização ocidental*. Porto Alegre: Globo, 1948.

DAMPIER, William Cecil. *Historia de la ciencia y sus relaciones con la filosofia e la religion*. Madrid: Tecnos, 1986.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente; 1300-1800*. São Paulo: Comp. das Letras, 2009.

DIDEROT, Denis. A religiosa. In: _____. *Obras romanescas*. São Paulo: Difel, 1962. v. 2, p. 5-181.

ERASMO, Desidério. *Elogio da loucura*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GOMBRICH, E. H. *A história da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

JOBIM, José Luís. *A biblioteca de Machado de Assis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

MARÍAS, Julián. *Historia de la filosofia*. 16. ed. Madrid: Rev. de Occidente, 1963.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da literatura brasileira: prosa de ficção - de 1870 a 1920*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973.

RAEYMAEKER, Luís de. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Herder, 1961.

RONAN, Colin A. *História ilustrada da ciência: a ciência nos séculos XIX e XX*. v. 4. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

SHELLEY, Mary. *Frankenstein*. Porto Alegre, L&PM, 2009.

Submetido: 24/01/15

Aceito: 21/04/15